

Câmara aprova rolagem da dívida da Prefeitura

A Câmara Municipal aprovou ontem, em primeiro turno, projeto de lei que permite a rolagem da dívida mobiliária da Prefeitura. O Executivo tinha interesse na aprovação do projeto, porque a legislação exige autorização do Legislativo.

De acordo com a Secretaria Municipal das Finanças, vencem entre o fim deste mês e o início de julho R\$ 1,7 bilhão em títulos públicos emitidos no mercado financeiro. Em fevereiro, o governo federal editou Medida Provisória permitindo a reestruturação da dívida mobiliária – contraída por meio da emissão de títulos públicos para o pagamento de precatórios – dos municípios.

O Senado aprovou a operação anteontem, embora vários Estados e municípios tenham usado os recursos obtidos dessa forma

para o pagamento de outras despesas que não os precatórios – pagamento de dívidas determinado pela Justiça. Mesmo com a reestruturação da dívida, o prefeito Celso Pitta (sem partido) pretende reduzir os juros com privatizações.

O juro aprovado na Medida Provisória de fevereiro é de 9% ao ano, mais correção. Os técnicos em finanças da Prefeitura comentam que esse custo é muito elevado e implicaria numa despesa mensal muito grande, apesar do parcelamento em 30 anos.

A idéia de Pitta é reduzir o juro pagando parte da dívida, estimada em R\$ 9 bilhões, e mais o empréstimo de R\$ 200 milhões com o Banco do Brasil, com recursos das privatizações. Entre elas, a Anhembi, o Estádio do Pacaembu e o Autódromo de Interlagos.